

Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional: Dois exemplos da gestão e conservação da natureza em Portugal

José Paulo Castro * (castrogeo@ipb.pt);

Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins ** (filomena@ua.pt).

* Instituto Politécnico de Bragança

* Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo de Mirandela

* Rua João Maria Sarmento Pimentel, Apartado 128 Mirandela - Portugal

Telefone: +351.278 201 340

** Universidade de Aveiro

** Departamento de Ambiente e Ordenamento

** Campus universitário de Santiago - 3810-193 Aveiro

Telefone: +351. 234 370 349

Abstract

Protected Natural areas have specific functions, namely the preservation of natural and modified ecosystems, fundamental in maintaining life sustaining systems. The preservation of both the emotional values of nature and a wide range of resources for scientific research is also important. The establishment of a national network of natural protected areas/spaces in Portugal dates from the decade of the 70`s in the last century. In this context, the geographical areas of Montesinho and Douro Internacional were given the category of Natural Park by the competent entities.

This study aims at presenting the conservation units of the International Union of the Conservation of Nature (IUCN) and the process of creation of the existing network of natural protected areas/spaces in Portugal, within the context of nature management and conservation.

A statistical analysis of the visitors to the Natural Parks of Montesinho and Douro Internacional is undertaken as well as the analysis of the measures adopted by the Parks concerning the management and the conservation of nature and the sustainability of those natural protected areas/spaces.

Resumo

As áreas/espços naturais protegidos visam funções específicas, nomeadamente no que concerne à preservação dos ecossistemas naturais e modificados, fundamentais para a manutenção dos sistemas sustentadores da vida. São também relevantes, a preservação dos valores emotivos da natureza e amplo conjunto de recursos para a investigação científica. Em Portugal a constituição de uma rede nacional de áreas/espços naturais protegidos remonta à década de setenta do século passado. Neste contexto, as áreas geográficas de Montesinho e Douro Internacional, foram elevadas à categoria de Parque Natural pelas entidades competentes.

O presente trabalho pretende apresentar a nomenclatura unidades de conservação da União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN) e processo de criação da rede nacional de áreas/espços naturais protegidos vigente em Portugal, no contexto da gestão e conservação da natureza.

Efectuaremos uma análise das estatísticas dos visitantes aos Parques Naturais Protegidos de Montesinho e Douro Internacional e analisaremos as medidas que foram adoptadas pelos Parques no que se relaciona com a gestão e conservação da natureza e a sustentabilidade daqueles áreas/espços naturais protegidos.

1. Introdução

Ao falar-se de património natural podemos recuar à origem da terra. Esta, nasceu há milhões de anos e foi evoluindo ao longo dos tempos em que se formou e desenvolveu a diversidade natural. Esta diversidade constitui o espólio acumulado ao longo de milhares de anos que nos foi legado e a herança que possuímos da própria natureza. Assim, “*O conceito de património natural passa por este capital antigo de diversidade que herdamos*” (Rosa, 1999:13).

O património natural pode ser entendido numa concepção monumental, baseada na singularidade própria das áreas/espços de grandes dimensões onde a actividade humana não se fez, ainda, sentir ou está em perfeita harmonia com essas áreas/espços. Estas, pelas características que possuem merecem, em algumas situações, o estatuto de património classificado. O reconhecimento crescente da importância do património natural vem na sequência da tomada de consciência do valor inquestionável que estas

áreas/espços naturais possuem para a humanidade. Este reconhecimento manifestou-se, também, na adopção de políticas internacionais e nacionais de conservação da natureza. Veja-se, uma das definições de património natural que a “Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, da Unesco, consagra.

Assim, segundo aquela Organização são considerados património natural *“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou científico; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou da beleza natural.”* (Art. 1º e 2º)

Esta definição pretende abranger um vasto conjunto de elementos mas devidamente identificados. Somos do entendimento que esta definição é bastante clara no que se refere à noção de património natural.

2. Áreas/Espços Naturais Protegidos

Desde os primórdios da Civilização, o homem sempre teve a percepção das áreas/espços geográficos existentes e com eles estabeleceu relações de diversa natureza, nomeadamente a escolha de locais apropriados para a sua fixação, exploração dos recursos naturais e até como fonte de inspirações artísticas. Estas áreas/espços com as características especiais que encerram levaram-no a tomar consciência da necessidade de os proteger, porque continham elementos importantes para a sua sobrevivência, entre eles a água, a caça ou alimentos sendo ainda representativos de factos históricos reveladores da sua presença na terra.

Mas, a exploração descontrolada dos recursos que a natureza colocou ao dispor do homem, conduziu a que ocorressem fenómenos de degradação de áreas/espços naturais, muitas vezes, sem poder de reversibilidade. Esta situação originou o aparecimento de movimentos em favor da salvaguarda e preservação das áreas/espços naturais, de tal maneira que os temas relacionados com a conservação e preservação do meio envolvente estão, actualmente, no topo das preocupações de todos. A conservação da natureza está, pois, muito ligada aos sentimentos e à “emoção” que certas áreas/espços naturais geram no homem. Nos primeiros movimentos que preconizam a

protecção de áreas/espacos naturais abundam argumentos que comparam a conservaco do património monumental e artístico e reclamam a mesma proteco que as naes prestam a este (Casado, 2004).

As áreas/espacos naturais são detentores de valores excepcionais relevantes para o homem, o que os torna diferentes de outras áreas/espacos, rurais ou urbanos (Ors, 1999). Estes territórios constituem verdadeiros repositórios de recursos naturais, em muitos casos, de património cultural e mantm um elevado ndice de conservaco.

Em diversas Convenções e Congressos podem encontrar-se definições e conceitos de áreas/espacos naturais e áreas protegidas. Devem referir-se a este propósito as seguintes: A Convenção Quadro sobre a Diversidade Biológica de 1992, cujos objectivos principais consignados são “*a conservaco da diversidade biológica, a utilizao sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advm da utilizao dos recursos genéticos (...)*” considera, no Artigo 2º, que “*rea Protegida*” significa uma área geograficamente definida que tenha sido designada ou regulamentada e gerida para alcançar objectivos específicos de conservaco” (Convenção, 1992: Art. 2º).

A IUCN considera que as áreas protegidas são “*uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada  proteco da natureza e manuteno da diversidade biológica, assim como os recursos naturais e os recursos culturais associados, e utilizada através de meios jurídicos e outros meios eficazes*” (IUCN, 1994:12). Esta definição foi adoptada no IV Congresso de Parques Nacionais e áreas Protegidas, decorrido em Caracas em 1992.  uma definição ampla que pretende englobar um universo vasto de áreas/espacos naturais que pelas características referidas, devem ser consideradas áreas protegidas. As áreas/espacos naturais protegidos visam determinadas funções, nomeadamente no que concerne  preservao dos ecossistemas naturais e modificados, fundamentais para a manuteno dos sistemas sustentadores da vida. Possuem como função a preservao das espécies silvestres e as áreas particularmente ricas em espécies. Destaca-se, também, a preservao dos valores emotivos da natureza e o amplo conjunto de recursos para a investigao científica (Ors, 1999).

As áreas protegidas possuem um valor importante no que concerne  preservao dos recursos naturais e culturais do Planeta. No entanto, apesar da relevância de que estas áreas/espacos naturais se revestem, as necessidades da actual sociedade, caracterizada por um desenvolvimento sem precedentes e uso indiscriminado de recursos naturais, levaram a processos de degradao e destruio destes sistemas naturais indispensáveis

à vida humana. Esta visão economicista irracional de exploração dos recursos naturais foi sendo superada pela inclusão de processos racionais e emocionais ou estéticos que tiveram em conta outras funcionalidades das áreas naturais (Blasco, 1999).

Na actualidade, a valorização de outras funcionalidades das áreas naturais entre as quais se destacam o desfrute da sua beleza, a interpretação ambiental, a capacidade para restaurar o vigor físico, intelectual ou emocional, a investigação científica são algumas das novas realidades presentes nas áreas naturais protegidas.

A génese, objectivos e evolução das áreas/espacos naturais protegidas variaram ao longo dos tempos em função da evolução da sociedade. Aquelas apareceram em ocasiões particulares de cada sociedade (Eagles e McCool, 2002).

O conceito moderno de “área/espaco natural protegida (o)” e a criação das primeiras (os) áreas/espacos naturais protegidos, com a finalidade de protecção e preservação, é um acontecimento do século XIX. A iniciativa como ponto de partida, efectiva, para a protecção e criação de áreas protegidas, cujos singulares valores naturais eram patentes, coube aos Estados Unidos, no último quartel do século XIX, com a instituição do primeiro espaco protegido no Estado do Arkansas, em 1832, para a conservação de fontes termais. Esta área foi declarada Parque Natural em 1921 (Silva, 1999). O espaco natural protegido de Yosemite surgiu em 1864 (Mendigorri, 2002). Em 1872 a criação do Primeiro Parque Nacional em *Yellowstone*, foi um marco importante na rede de áreas/espacos naturais de todo o mundo.

A IUCN, fundada em 1948, é uma das Organizações, a nível mundial, que mais tem contribuído para a Conservação da Natureza. Esta Organização é responsável pela elaboração de recomendações e medidas para a criação de áreas//espacos naturais protegidos.

É das instituições que mais tem contribuído para o desenvolvimento de movimentos proteccionistas e cujo principal objectivo é a promoção do planeamento racional de áreas onde existam espécies vegetais, vida selvagem e características cénicas de carácter científico e culturais (Silva, 1999).

A IUCN através da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (WCPA) tem proporcionado apoio internacional no que concerne à criação e gestão das áreas/espacos naturais protegidos no mundo.

3. Nomenclatura das Áreas/Espaços Naturais Protegidas

A IUCN elaborou um sistema de classificação que engloba cinco categorias de áreas//espaços naturais protegidos cujas definições a seguir se apresentam:

- I – Protecção Integral (ex: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre)
- II – Conservação de ecossistemas e turismo (ex: Parque Nacional)
- III – Conservação das Características Naturais (ex: Monumento Natural)
- IV – Conservação através de administração activa (ex: Área de gestão de Habitats/Espécies)
- V – Conservação de paisagens terrestres, marinhas e recreio (ex: Paisagens Terrestres e Marinhas Protegidas)
- VI – Utilização sustentada dos ecossistemas naturais (ex: Área Protegida com Recursos geridos) (IUCN, 2002:10)

A Categoria I - ‘**Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre**’ engloba áreas protegidas geridas principalmente com fins científicos e de protecção da natureza. Está subdividida na Categoria Ia que corresponde a “**Reserva Natural Estrita**”, cujos objectivos de gestão são científicos (IUCN, 2002). Uma outra subcategoria, Categoria Ib, denominada ‘**Área Natural Silvestre**’, tem como principal objectivo a protecção da natureza (IUCN, 2002).

A Categoria II - ‘**Parque Nacional: Área Protegida utilizada principalmente para a conservação de ecossistemas e fins de recreio**’. De acordo com a IUCN são “*áreas terrestres e/ou marinhas designadas para a) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações actuais ou futuras; b) excluir os tipos de exploração e ocupação que sejam hostis com o propósito para as quais foram classificadas; c) proporcionar um espaço para actividades espirituais, científicas, educativas, recreativas e turísticas, actividades que devem se compatíveis desde o ponto de vista ecológico e cultural*” (IUCN, 1994:12; 2002:10).

Na Categoria III - ‘**Monumento Natural**’, são “*áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas de valor destacado ou excepcional pela sua riqueza implícita, suas qualidades representativas ou estéticas ou pela sua importância cultural*” (IUCN, 2002:10).

A Categoria IV - ‘**Áreas de Manutenção de Habitats/Espécies: Área protegida utilizada especialmente para a conservação**’. É uma “*Área terrestre/e ou marinha*

sujeita a intervenção activa com fins de uso, para garantir a manutenção dos habitats e/ou satisfazer as necessidades de determinadas espécies” (IUCN, 2002:10).

A Categoria V - **‘Paisagem Terrestre e/ou Marinha Protegida: Área protegida gerida principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos’.**

Finalmente, a categoria VI - **‘Área Protegida com Recursos Geridos: área protegida utilizada principalmente para a utilização sustentável dos ecossistemas naturais’.**

Esta categoria engloba *“áreas que contém predominantemente sistemas naturais não modificados, que é objecto de actividades de utilização para garantir a protecção e a manutenção da diversidade biológica a longo prazo (...)” (IUCN, 2003:23).*

A IUCN definiu um conjunto de objectivos para as áreas naturais protegidas que se apresentam de seguida:

- *“Manter áreas com ecossistemas representativos que assegurem a continuidade evolutiva e processos ecológicos incluindo migrações e fluxos genéticos.”*
- *“Conservar a diversidade ecológica, para assegurar o rol de diversidade natural na regulação do ambiente;”*
- *“Manter o potencial genético das comunidades naturais e evitar a perda de espécies de plantas e animais;”*
- *“Desenvolver actividades de educação e investigação e monitores do ambiente;”*
- *“Manter, dirigir as bacias hidrográficas de forma a assegurar uma adequada qualidade e disponibilidade de água;”*
- *“ Conservar os solos para controlar e evitar a erosão e sedimentação;”*
- *“Manter e utilizar os recursos da vida silvestre pela sua importância na regulação ambiental;”*
- *“Promover oportunidades de recreação e turismo;”*
- *“Utilizar e melhorar os recursos florestais pela importância na regulação e para a produção sustentável de madeira;”*
- *“ Proteger e valorizar a herança cultural, histórica e arqueológica dos povos;”*
- *“Proteger e utilizar recursos paisagísticos que assegurem a qualidade ambiental envolvente das populações, cidades, vias de comunicação, rios e áreas afectas ao turismo e recreação;”*
- *“Conservar áreas de forma a garantir diferentes usos no futuro;*
- *“Orientar e organizar as actividades de conservação que permitam o desenvolvimento integrado das áreas rurais;” (IUCN, 2002:36)*

No quadro seguinte podem observar-se as categorias de áreas protegidas e a sua relação com os objectivos.

Quadro n.º 1 – Matriz de objectivos e categorias de utilização de Áreas/Espaços Naturais Protegidas.

OBJECTIVOS DE UTILIZAÇÃO	Categorias de Áreas Protegidas						
	Ia	Ib	II	III	IV	V	VI
Investigação Científica	3	2	2	2	2	3	
Protecção de Zonas Silvestres	1	2	3	3	-	2	
Preservação das espécies e diversidade genética	1	2	1	1	1	2	1
Manutenção dos serviços ambientais	2	1	1	-	1	2	1
Protecção das características naturais e culturais específicas	-	-	2	1	3	1	3
Turismo e recreação	-	2	1	1	3	1	3
Educação	-	-	2	2	2	2	3
Utilização sustentada dos recursos derivados de ecossistemas naturais	-	3	3	-	2	2	1
Manutenção das características culturais e tradicionais	-	-	-	-	-	1	2
1) Objectivo principal; 2) Objectivo secundário; 3) Objectivo potencialmente aplicável; - Não se aplica							

Fonte: IUCN (2002)

Como se pode constatar no quadro n.º 1 os diversos objectivos de utilização podem ou não estar consignados nas diferentes categorias de áreas protegidas. Por exemplo, a categoria Ia e Ib que correspondem a Reservas Naturais Estritas e Áreas Naturais Silvestres possuem como principais objectivos a preservação dos ecossistemas, habitats e as suas espécies num estado de conservação o mais natural possível. A manutenção e salvaguarda das características estruturais da paisagem e a manutenção dos seus recursos genéticos num estado dinâmico e evolutivo constituem outros objectivos a concretizar nestas áreas protegidas. No domínio da intervenção humana os objectivos preconizam que esta deve ser reduzida e quando ocorre ser devidamente planificada de forma a reduzir qualquer perturbação.

Com a elaboração desta nomenclatura foi possível estabelecer uma base de comparação a nível internacional e diferentes países poderem utilizar este sistema. É um sistema cuja orientação é muito ampla e pode ser interpretado com flexibilidade a nível nacional, regional e local (Silva, 1999).

4. Conservação da Natureza em Portugal

A implementação das ideias conservacionistas em Portugal é relativamente recente e a problemática da conservação do Património Natural manteve-se muito restrita, nas primeiras décadas do século precedente, aos meios académicos (DGA, 2000).

Só após a implementação do regime democrático em Portugal que esta temática, com especial destaque para as áreas/espços naturais protegidos, começou a merecer especial interesse dos meios políticos. Em 1948, no mesmo ano de aparecimento da IUCN, foi fundada a Liga para a Protecção da Natureza. A promulgação e publicação da Lei n.º 9/70 de 19 de Junho que definiu os Parques Nacionais e outros tipos de reservas pode considerar-se o grande passo para a definição da política de conservação da natureza na forma de áreas protegidas.

A primeira medida concreta de conservação de áreas/espços naturais ocorreu em 1971, com a criação do Primeiro, e único, Parque Nacional da Peneda Gerês pelo do Decreto-Lei 187/71 no seguimento da Lei n.º 9/70, onde foram definidos os conceitos de parques nacionais e reservas que a seguir se enumeram (lei n.º 9/70):

Reservas Integrais consideradas áreas/espços naturais, onde os fenómenos naturais ocorrem livremente e sem intervenção humana e cuja protecção integral é o principal objectivo a atingir.

As Reservas naturais são áreas/espços que devem ser alvo de protecção e conservação da natureza integrante. Para atingir esse objectivo devem ser tomadas medidas adequadas ao desenvolvimento dos diferentes ecossistemas.

Reservas de paisagem são áreas/espços destinados à protecção e conservação de paisagens, locais e construções que possuam interesse científico ou antropológico.

Por ultimo as **Reservas Turísticas** consideradas áreas/espços naturais cujo objectivo é o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer e turismo. Estas actividades estão, por sua vez, limitadas aos objectivos de protecção e conservação da natureza de um Parque Nacional (Mendes, 1996).

Os outros tipos de reservas definidos na referida lei são considerados em função da sua finalidade, podendo ser: **Reservas Botânicas**, consideradas “*áreas cujo interesse científico e educativo, pela raridade da flora, justifique a sua integral conservação*”.

As **Reservas Zoológicas**, “zonas de refúgio de espécies raras ou em vias de extinção” e, por último, as **Reservas Geológicas**, “*áreas onde formações geológicas, pelo seu interesse científico e educativo, devam ser defendidas de qualquer exploração ou ocupação*” (Lei n.º 9/70).

Em 1976 a conservação da natureza veio beneficiar da publicação de um novo diploma legislativo, o Decreto-Lei n.º 613/76 de 27 de Julho que introduziu algumas alterações ao diploma de 1970. Este instrumento legislativo tinha como objectivo principal a

constituição de uma rede de áreas protegidas. Desta forma foram lançadas as bases para o estabelecimento de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas (DGA, 2000).

Assim, e de acordo com aquele Decreto-Lei, foram classificados e definidas as seguintes áreas protegidas em consonância com os objectivos de conservação:

- *Reserva natural integral e parque nacional:*
- *Parque Nacional:*
- *Reserva Natural Parcial:*
- *Reserva de Recreio:*
- *Paisagem protegida:*
- *Lugares, Sítios, Conjuntos e Objectos Classificados:*
- *Parques naturais:*

Outro marco importante na evolução da política de conservação foi a adesão de Portugal, em 1989, à Convenção que criou a IUCN Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos através da Resolução da Assembleia da República n.º 10/89.

Em 1993 o Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro trouxe um novo desenvolvimento no regime de protecção e conservação da natureza. A continuação da política de conservação da natureza é novamente manifesta neste documento normativo. Este Decreto reformulou a classificação das categorias de áreas protegidas de acordo com a nomenclatura e recomendações da IUCN. Segundo o mesmo diploma as áreas protegidas passam a classificar-se como **Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural, Monumento Natural e Paisagem Protegida**. As categorias de áreas protegidas e os seus objectivos passam a seguir as orientações e classificação apresentada pela IUCN.

Assim, a nova classificação apresenta as seguintes categorias de áreas protegidas:

Parque Nacional é “*uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional*”. Neste sentido a “ (...) *classificação de um parque nacional tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a protecção da integridade ecológica dos ecossistemas e que evitem a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais*” (Art. 5ª).

Reserva Natural “(...) *uma área destinada à protecção de habitats da flora e da fauna. (...) A classificação de uma reserva natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies comunidades bióticas ou aspectos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação*” (Art. 6ª).

Parque Natural é “ (...) *uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural. (...) A classificação de um parque natural tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica*” (Art. 7ª).

Monumento Natural “(...) *uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade*” (Art. 8ª).

Paisagens Protegidas são definidas como “(...) *uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural. A classificação (...) tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que, a nível regional ou local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica*” (Art. 9ª).

É esta a nomenclatura de classificação que vigora presentemente em Portugal.

Actualmente, e após legislação publicada em 1993, a Rede Nacional de Áreas Protegidas pode abranger áreas protegidas de âmbito nacional – Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural – de âmbito regional ou local – Paisagem Protegida – e ainda áreas protegidas de estatuto privado – Sítio de Interesse Biológico (DGA, 2000).¹

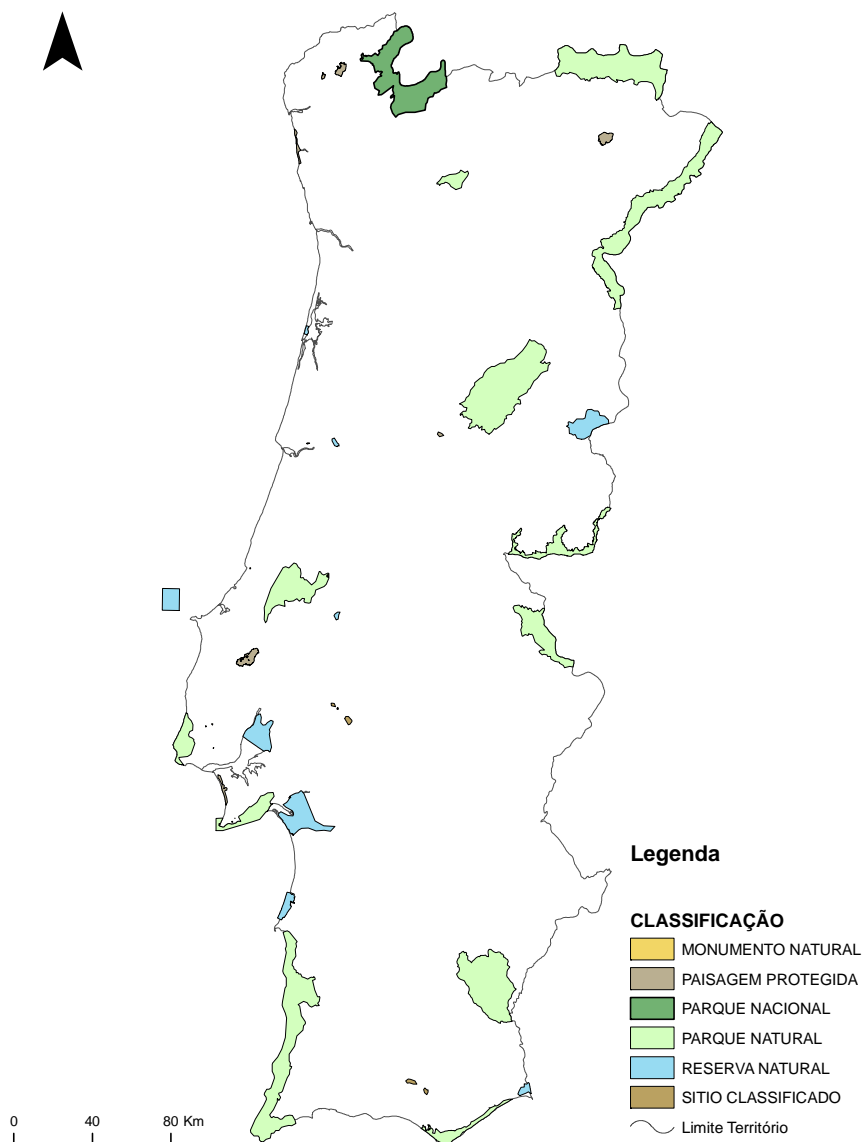
¹ O Decreto-Lei 19-93 refere, no Artigo 2º, que “As áreas protegidas são de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar”. “As áreas protegidas de interesse nacional classificam-se nas seguintes categorias: a) Parque nacional; b) Reserva natural; c) Parque natural; d) Monumento natural”.

5. Rede de Áreas/Espaços Naturais Protegidos em Portugal

Em Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, tutelado pelo Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR), é o organismo responsável pelas actividades nacionais dos domínios da conservação da natureza e da gestão das áreas protegidas.

Quanto à distribuição espacial das “áreas/espacos naturais protegidas” de Portugal, a figura n.º 1 permite obter uma imagem da sua localização pelo território.

Figura n.º 1 – Distribuição geográfica das Áreas/Espaços Naturais Protegidas em Portugal Continental.



Fonte: Elaboração Própria

No ponto 4º do Decreto, “*Classificam-se como paisagem protegida as áreas protegidas de interesse regional ou local*”. “Podem ainda ser classificadas áreas de estatuto privado, designadas «sítio de interesse biológico»”.

6. Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional localizam-se no Distrito de Bragança (figura n.º 2). O Parque Natural de Montesinho possui uma superfície de 74 229 ha e abrange áreas territoriais dos municípios de Vinhais e Bragança.

O PNDI ocupa uma área de 85150 ha, e situa-se nas regiões de Trás-os-Montes e Beira Alta, englobando os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira Castelo Rodrigo. Esta área abrange o troço fronteiriço do Rio Douro.

Uma das características que mais se destacam nestes espaços naturais protegidos é a sua diversidade de ecossistemas. Estes constituem dois elementos geográficos naturais, históricos e culturais de grande valor patrimonial.

Figura n.º 2 – Localização do Parque Natural de Montesinho e Douro Internacional



Fonte: Elaboração própria

7. Classificação dos Parques Naturais de Montesinho e Douro internacional

Os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional foram alvo de um processo de classificação de espaços naturais protegidos.

O Parque Natural de Montesinho foi classificado através do Decreto-Lei n.º 355/79 de 30 de Agosto. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, este diploma estabeleceu no quadro de classificação das áreas/espaços naturais protegidos. O PNM foi reclassificado, de acordo com os critérios estabelecidos naquele Decreto-Lei, através do Decreto Regulamentar n.º 5-A/97 de 04/04/1997, que manteve o mesmo estatuto.

Segundo o Artigo 3º daquele documento normativo constituem objectivos específicos do Parque Natural de Montesinho:

- a) Preservar as espécies animais e vegetais e os habitats naturais que apresentem características peculiares, quer pela sua raridade e valor científico, quer por se encontrarem em vias de extinção;*
- b) Preservar os biótopos e as formações geológicas, geomorfológicas e espeleológicas notáveis;*
- c) Preservar ou recuperar os habitats da fauna migratória;*
- d) Preservar os locais que apresentem um interesse especial e relevante para a evolução natural dos processos ecológicos;*
- e) Preservar e conservar o património natural e paisagístico de todos os impactes negativos que possam resultar directa ou indirectamente de actividades humanas;*
- f) Promover um modelo de desenvolvimento sustentado, demonstrativo de uma estreita articulação entre a gestão e preservação do património natural e a valorização das manifestações humanas locais;*
- g) Instituir a participação e o envolvimento activo da população local na prossecução dos objectivos do Parque Natural;*
- h) Valorizar todas as manifestações peculiares da cultura local;*
- i) Criar condições que propiciem o lazer e o recreio, numa perspectiva de sensibilização e educação ambiental.*

Além da classificação de Parque Natural, de âmbito nacional, o PMN possui o estatuto de Sítio de Importância Comunitária – SIC (Montesinho e Nogueira) pertencentes à região biogeográfica mediterrânica².

O respectivo Plano de Ordenamento do PNM foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008.

Relativamente ao PNDI, o Instituto da Conservação da Natureza³ deu início, em 1983, ao processo de classificação da área protegida, com apresentação da proposta de classificação. A Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/96 de 5 de Junho criou a Comissão Instaladora que desenvolveu todo o processo para ser aprovado, primeiro em Conselho de Secretários de Estado e posteriormente pelo Conselho de Ministros.

Assim, o Decreto Regulamentar n.º 8/98 de 11 de Maio criou o Parque Natural do Douro Internacional. Este documento estabelece que os objectivos específicos do PNDI pretendem a valorização e conservação do património natural e o equilíbrio ecológico da biodiversidade e utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas que o parque possui. A preservação e salvaguarda do património arquitectónico, histórico e cultural em harmonia com as actividades tradicionais praticadas na região constituem outros desideratos a cumprir. As actividades humanas neste espaço natural são remotas e mantêm-se ao longo dos tempos. Os traços dessa actividade são visíveis por toda a região e nesse contexto, os objectivos são “*promover a melhoria da qualidade de vida das populações em harmonia com a conservação da natureza*” (Art. 3º-b). Neste enquadramento, a coordenação das actividades recreativas na região sem por em perigo os valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais, completam o conjunto de objectivos específicos do referido diploma.

Relativamente ao Plano de Ordenamento e Regulamento, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005 aprovou o respectivo plano de Ordenamento do PNDI.

Pelo que foi referido anteriormente, pode concluir-se que os objectivos que presidiram à criação do PNM e PNDI são, no essencial, a preservação do vasto património natural e cultural que estes espaços naturais possuem.

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto.

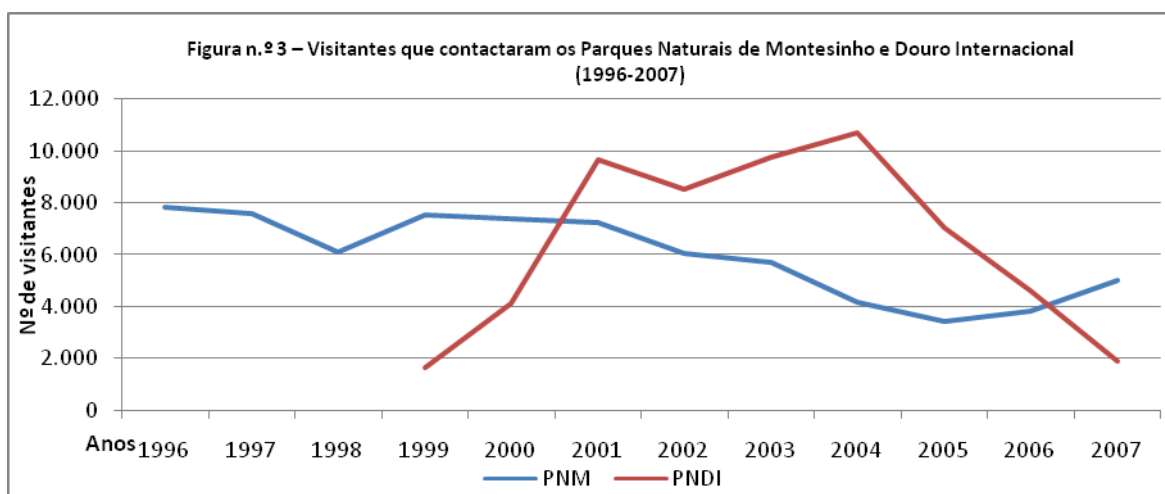
³ Em 2007, O Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), procedeu à reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza, introduzindo a componente da Biodiversidade. Este organismo foi, então, denominado de Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).

8. Visitantes dos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional

Na nossa sociedade a utilização das áreas protegidas como lugares destinados à fruição de ócio e lazer é uma prática cada vez mais constante. A função recreativa não é recente, mas tem-se vindo a ampliar notavelmente nas últimas décadas de forma que mais pessoas procuram o contacto com a natureza e as áreas/espacos naturais protegidos (López e Izquierdo, 2003).

Para a apresentação dos dados relativos ao movimento de visitantes no PNM e PNDI foi efectuada a recolha no Instituto Conservação da Natureza e Biodiversidade, Delegações do PNM e PNDI da informação. Nomeadamente o total de visitantes, visitas guiadas, origem dos visitantes (apenas no PNM) e utilizadores das Casas de Natureza.

A figura n.º 3 evidencia a evolução do número de visitantes do PNM e PNDI no período entre 1996 e 2007.



Fonte: ICNB

Relativamente ao número de visitantes dos parques constata-se que ao longo do período a evolução não foi uniforme. Em 1996 o número de visitantes foi de 7.830 (apenas no PNM) e em 2007 o valor totalizou 129.866 visitantes, valor bastante significativo (figura n.º 3).

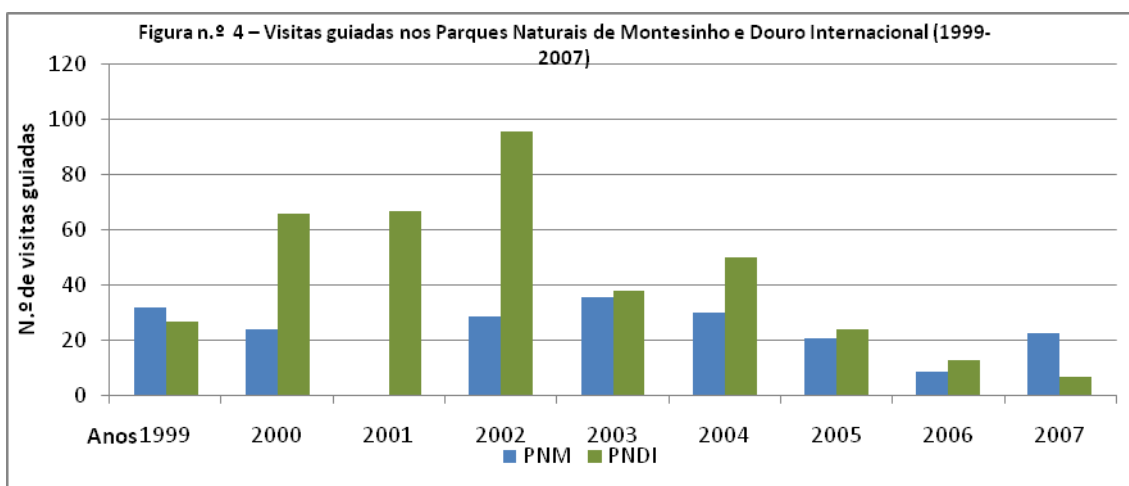
No PNDI, entre 1999, um ano após classificação, e 2001 verifica-se um aumento (2.458) bastante expressivo. De 2001 (9.677 visitantes) para 2002 (8.518 visitantes) ocorreu uma ligeira quebra que é compensada em 2004, com a afluência de 10.693 visitantes. Entre 2004 e 2007 pode observar-se que o número de visitantes sofreu uma diminuição de 10.693 para 1.895 visitantes.

Relativamente ao PNM verifica-se um comportamento do volume de visitantes diferente do PNDI. De 1996 a 1998 o número de visitantes diminuiu de 7830 para 6080 visitantes e em 1999 ocorreu um ligeiro aumento (7.557 visitantes). Nos anos seguintes, até 2006, os dados mostram que o número de visitantes que contactaram o Parque decresceu.

Outro facto que se pode observar é movimento ascendente que se verifica no PNDI entre 2000 (4.1279) e 2004 (10.693) comparativamente ao PNM que regista um comportamento descendente. Salienta-se o ano de 2004 onde o número de visitantes no PNDI foi de 10.693.

No período de 2004 a 2006 ocorreu uma quebra de visitantes em ambos os parques. Entre 2006 e 2007 nota-se uma quebra de visitantes no PNDI e no PNM o movimento foi positivo.

Ambos os parques proporcionaram visitas guiadas quando solicitadas nas respectivas Delegações. A figura n.º 4 ilustra a sua evolução no período entre 1999 e 2007⁴.



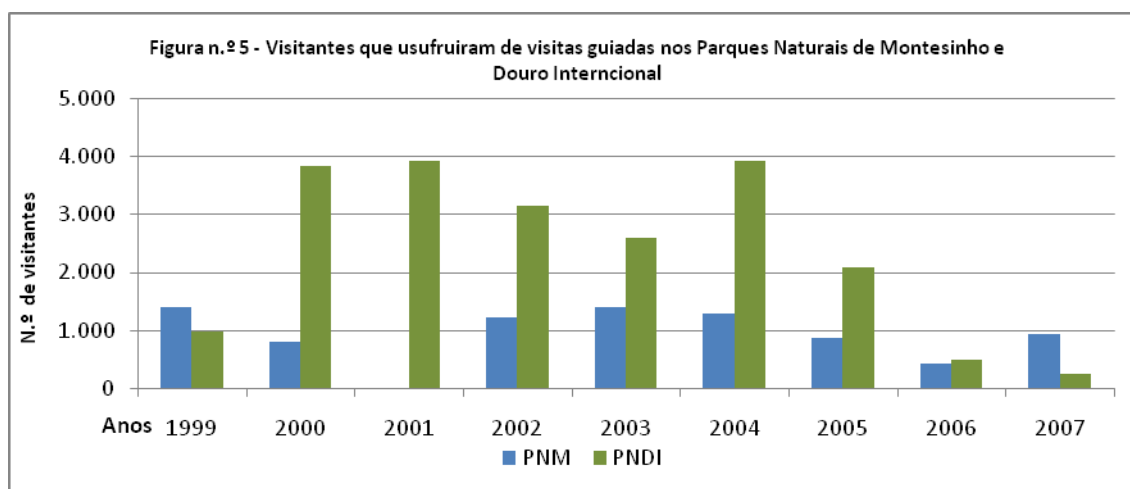
Fonte: ICNB

O comportamento deste indicador é semelhante ao verificado no número de visitantes (figura n.º 4). Ao longo do período em análise verifica-se um aumento do número de visitas guiadas entre 1999 e 2002 com maior destaque para o PNDI. Em 1999 as visitas guiadas correspondem a 59 grupos de visitantes: 32 no PNM e 27 no PNDI, respectivamente. Em 2007 o valor é, no entanto, mais reduzido: 23 grupos visitaram o PNM e apenas 7 acorreram ao PNDI. Neste parque salientam-se os anos 2000, 2001 e 2002 em que número de visitas guiadas foi mais elevado relativamente ao PNM.

⁴ Para este indicador só foi possível obter dados a partir de 1999.

Destaca-se o ano de 2002 onde o número de visitas guiadas no PNDI totalizou 96 grupos. Pela leitura do gráfico pode observar-se que as visitas guiadas no PNM só em 1999 (32 grupos) e 2007 (23 grupos) são superiores ao PNDI. Em 1999 (32 grupos) e 2003 (36 grupos) foram os anos onde se verificaram maior número de visitas no PNM. Entre 2004 e 2006 ocorreu uma quebra de visitas guiadas em ambos parques. Só o PNM registou ligeiro acréscimo em 2007.

No que concerne ao número de visitantes que usufruíram das visitas guiadas a figura n.º 5 evidencia a evolução no período entre 1999 e 2007.



Fonte: ICNB

Em 1999 ambos os parques obtiveram 2.382 visitantes em grupo e em 2007 totalizaram 1.172. Em 1999 o PNM contabilizou 1.402 visitantes e no PNDI o valor foi de 980.

No PNM os anos em que ocorreram maior número de visitantes foram em 2002 (1.226 visitantes), 2003 (1.402 visitantes) e 2004 (1.274 visitantes).

Nos anos seguintes verifica-se um decréscimo dos visitantes que usufruíram de visitas guiadas.

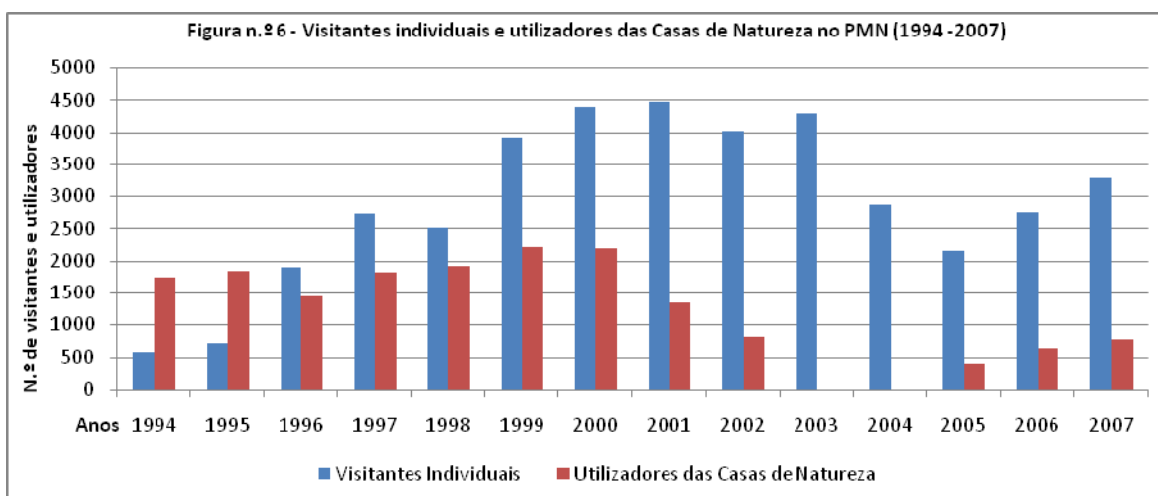
Relativamente ao PNDI, este registou valores mais elevados em 2000 (3.817 visitantes), 2001 (3.918 visitantes) e 2004 (3.911 visitantes). Em 2002 e 2003 pode observar-se uma diminuição no número de visitantes. Em 2006 e 2007 foram anos onde o número de visitantes foi mais reduzido.

A análise da figura n.º 5, permite concluir que o PNDI foi o parque onde ocorreram maior número de visitantes que usufruíram de visitas comparativamente ao PNM. Neste, os valores observados são manifestamente inferiores, nunca ultrapassando os 1.500 visitantes.

Ambos os parques denunciam um decréscimo de visitantes em 2006 e 2007. O PNM registou 931 visitantes e o PNDI apenas 241.

1999 e 2007 foram os anos em que o número de visitantes que usufruíram de visitas guiadas foi mais elevado no PNM face ao PNDI.

Seguidamente apresentam-se alguns dados relativos aos visitantes individuais e os que utilizaram as casas da natureza no PNM⁵. Para a análise teve-se como base a informação facultada pela Delegação do Parque Natural de Montesinho, sediada em Bragança. Para o PNDI não foi possível obter a mesma informação. Neste sentido, só serão analisados os dados relativos ao PNM.



Fonte: ICNB

Ao analisar o comportamento dos visitantes individuais e utilizadores das casas de natureza, no PNM, estes indicadores registam comportamentos desiguais (Figura n.º 6).

O número de visitantes individuais tem um comportamento ascendente entre 1994 e 2001, com ligeira diminuição em 1998. Em 2000 (4.403 visitantes), 2001 (4.482 visitantes) e 2003 (4.311 visitantes) foram anos em que este indicador foi mais elevado no PNM.

O número dos utilizadores das casas de natureza⁶ entre 1994 e 1999 assinalou, igualmente, um crescimento positivo. Nos anos seguintes os valores decrescem acentuadamente. De salientar que em 1994 e 1995 este indicador registou valores mais elevados relativamente aos visitantes individuais. 1998 (2.512 utilizadores), 1999 (3.925

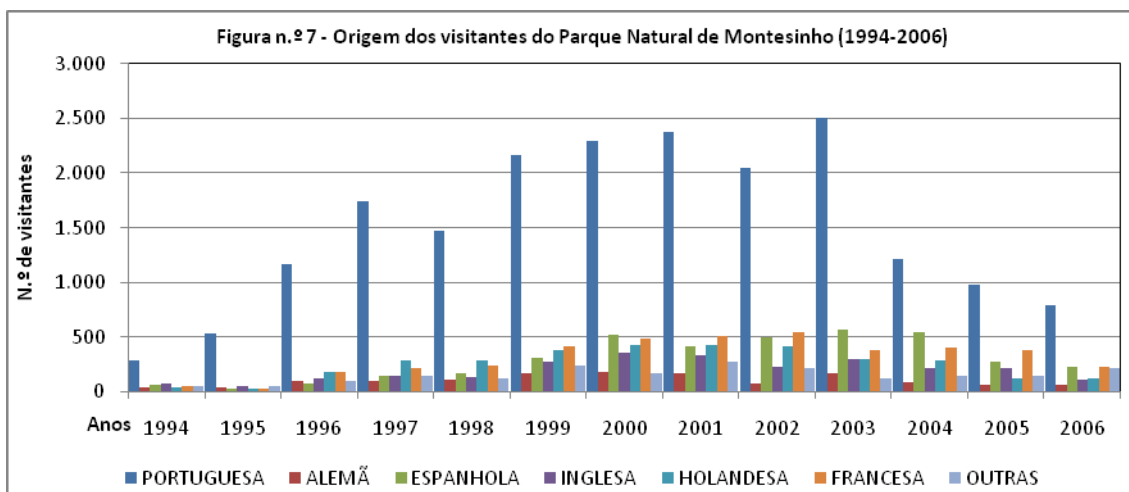
⁵ Os dados apresentados nesta secção do trabalho foram disponibilizados pela Delegação do PNM e correspondem ao período entre 1994 e 2007. Não foi possível obter a mesma informação com aquela desagregação para o PNDI quer na Delegação do Parque nem no ICNB. Neste contexto, optou-se por efectuar a análise apenas para o PNM.

⁶ O PNM disponibiliza seis Casas de Natureza na área do parque.

utilizadores) e 2000 (2,199 utilizadores) foram os anos que mereceram a preferência de maior número de utilizadores das casas de natureza. Em 2003 não 2004 não obtivemos dados relativos a este indicador. Sobre este facto não possuímos elementos que nos possibilite apresentar justificações para essa falta.

A leitura da figura n.º 6 permite, ainda, observar que entre 1997 e 2001 e em 2003 maior afluência de visitantes e utilizadores das casas de natureza. Nos anos seguintes registou-se uma quebra significativa. Contudo, em 2007 o número de visitantes individuais foi significativo (3.303 visitantes).

No que concerne à origem dos visitantes ao PNM a figura n.º 7 permite observar a sua proveniência.



Fonte: ICNB

A análise da nacionalidade dos visitantes do PNM ressalta a supremacia dos portugueses, seguidos de alemães, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses que completam o grupo de países de origem de visitantes do PNM. O número de visitantes estrangeiros é manifestamente inferior em relação aos nacionais, ao longo do período, contudo, verifica-se em 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003 ocorreu um aumento do número de estrangeiros face aos anos anteriores. Os franceses (3.997 visitantes) e espanhóis (3.778 visitantes) foram os visitantes de origem estrangeira que em maior número visitaram o PNM. A proximidade do país vizinho pode ser apontada com o factor que justifique o número elevado de espanhóis a visitar o parque.

Seguem-se os holandeses (3.257 visitantes), ingleses (2.518 visitantes) e alemães (1.308). Relativamente aos visitantes de outras nacionalidades o PNM registou 1.934 contactos.

Os dados de que dispomos não possibilitaram uma análise mais profunda de outros indicadores sobre os fluxos de visitantes no PNM e PNDI.

Contudo, a análise que efectuamos permite concluir que as vistas aos parques naturais tem ocorrido em sentido positivo desde a sua declaração como áreas/espacos naturais protegidos. No entanto os dados revelam, ainda, pouca afluência por parte dos visitantes. A variedade do património natural e cultural existente nestes territórios dá, em nossa opinião, grandes possibilidades de desenvolvimento. Contudo, as funções recreativas e turísticas devem ser compatibilizadas com um correcto ordenamento e a conservação da natureza.

9. Instrumentos de Gestão do PNM e PNDI

Relativamente aos instrumentos de gestão legislativos específicos dos parques já foi referido, anteriormente, que os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas constituem as principais ferramentas que estabelecem as políticas de gestão conservação nos espaços naturais protegidos.

Relativamente ao Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008, elencamos alguns dos objectivos gerais que visam, sobretudo, a conservação na natureza e biodiversidade:

Assim, a alínea a) do Artigo 2.º pretende *“Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, tendo como objectivo estratégico a conservação da natureza e da biodiversidade;”*

Na alínea c) apresenta como objectivo *“Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;”*

Salienta-se ainda a alínea f) do Artigo 2.º mesmo diploma que pretende *“Promover a gestão e valorização dos recursos naturais possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobreexplorados;”* (R.C.M. n.º 179/2008)

O mesmo diploma legal refere no Ponto 4 do Artigo 2.º que “Os objectivos do POPNM devem ser alcançados através da concretização das medidas expressas no programa de execução que acompanha o (...) Plano de Ordenamento.” (R.C.M. n.º 179/2008)

Os objectivos anteriormente apresentados evidenciam a preocupação dos governos quanto à pertinência da conservação da natureza e biodiversidade no PNM.

O Artigo 7.º do POPNM, enumera as acções e actividades a promover com esta finalidade das quais salientamos as alíneas *a) A protecção das zonas mais valiosas e sensíveis para a conservação da natureza (...); b) A recuperação dos componentes da biodiversidade (populações, comunidades, habitats naturais) degradados por incêndios florestais, espécies invasoras, erosão, sobreexploração e outros factores de degradação ou destruição; d) A monitorização anual e plurianual dos principais valores naturais do Parque Natural de Montesinho, (...), por forma a avaliar a aplicação do POPNM no que respeita aos objectivos de conservação da natureza; h) A manutenção de culturas e práticas agrícolas compatíveis com os objectivos de conservação da natureza e da biodiversidade, assim como o apoio à reconversão daquelas que não se encontrem adequadas ao nível de protecção definido para cada espaço.*

De igual forma destacamos alguns dos objectivos inseridos no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional que aludem à gestão e conservação da natureza:

- a) Assegurar a protecção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, concentrando o esforço nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;*
- c) Corrigir os processos que podem conduzir à degradação dos valores naturais em presença, criando condições para a sua manutenção e valorização;*
- d) A articulação com planos e programas de interesse local, regional e nacional com vista à gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e ao desenvolvimento de acções tendentes à sua manutenção e à salvaguarda do património histórico e tradicional;*

No Artigo 6.º, o mesmo diploma apresenta um conjunto de actividades a promover no PNDI, das quais se destacam as alíneas *a) “A manutenção de culturas e práticas agrícolas consentâneas com os objectivos de conservação da natureza, que são apoiadas no âmbito do Plano Zonal do Parque Natural do Douro Internacional (...), b) O desenvolvimento de actividades turísticas que respeitem e promovam os valores naturais da região que podem ser apoiadas pelo programa de turismo da natureza e mecanismos de financiamento associados (...), g) apoio e fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção das actividades económicas tradicionais de base regional (...).*

Estes instrumentos prevêem, ainda, a articulação com outros normativos de gestão territorial, nomeadamente os Planos Directores Municipais que devem ser objecto de alteração quando for necessário, para se obter esta complementaridade.

Podemos concluir sumariamente que os diplomas legais a que vimos aludindo visam a obtenção de finalidades semelhantes no que concerne à gestão das áreas/espços naturais protegidos sem perder de vista ordenamento dos territórios onde é necessária uma cuidada atenção para a conservação da natureza e biodiversidade.

10. Considerações Finais

Este trabalho teve como finalidade efectuar percurso analítico em torno da gestão e conservação da natureza. Uma das Organizações que mais se destaca no panorama mundial é a União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN), fundada em 1948 em França.

O seu aparecimento permitiu a proliferação de medidas, acções e recomendações para a criação de espaços naturais protegidos. É das instituições que mais tem contribuído para o desenvolvimento deste movimento proteccionista e cujo principal objectivo é a promoção do planeamento racional de áreas onde existam espécies vegetais, vida selvagem e características cénicas de carácter científico e culturais (Silva, 1999). A IUCN através da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (WCPA) tem proporcionado apoio internacional no que concerne à criação e gestão dos espaços naturais protegidos no mundo. A sua colaboração internacional norteia-se por diversos objectivos, nomeadamente alertar os governos para a tomada de consciência da importância das áreas protegidas. Procura sensibilizar as entidades oficiais, dos diferentes países, para a necessidade de criação de um sistema nacional de Áreas Protegidas.

Em Portugal a Conservação da Natureza e biodiversidade tem sido pautada, ao longo das últimas décadas, por diversas medidas cujos resultados são evidentes. Destaca-se a lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril) que constituiu um alicerce fundamental para a prossecução da política de conservação da natureza em Portugal. No enquadramento da política de conservação da natureza, A implementação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade permitiu levar a cabo um conjunto de acções de protecção e preservação do património natural português.

O estabelecimento de uma rede nacional de espaços naturais protegidos foi, sem dúvida, outro marco importante na política de conservação da natureza em Portugal. Esta rede comporta espaços naturais protegidos de âmbito Nacional, Local e Regional. Prevê, ainda, áreas naturais protegidas de estatuto privado.

Das considerações anteriores, conclui-se que ao nível de Portugal existe uma preocupação efectiva com a conservação e preservação do património natural consubstanciada na publicação de diversos diplomas normativos disciplinadores de toda a política concernente à optimização na área da conservação e gestão do património natural.

Os espaços naturais protegidos são territórios estabelecidos com a finalidade, principal, de preservação e conservação da natureza. Em determinadas situações procura-se preservar um conjunto singular ou então uma área da natureza privilegiada. Noutros casos, a preocupação é a manutenção das actividades humanas que estão em perfeita harmonia com os valores naturais.

O PNM e PNDI são áreas naturais que satisfazem estas premissas. Foi neste sentido, que estes espaços naturais foram alvo de um processo de classificação de espaços naturais protegidos.

Os dados de que dispomos não possibilitaram a abordagem de outros indicadores sobre os fluxos de visitantes nos parques.

A caracterização e análise que efectuamos aos Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional, pode constatar-se que o volume de visitantes que frequentam estes espaços naturais protegidos é bastante positiva, no entanto revela, ainda, pouca afluência por parte dos visitantes.

Em Portugal os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas estão previstos em legislação específica e devem “contemplar a criação de sistemas de gestão e planeamento que garantam um desenvolvimento (...) sustentável” (RCM, 1998: f). Pelo exposto anteriormente pode concluir-se que os Planos de Ordenamento do PNM e PNDI constituem os principais instrumentos de gestão daqueles espaços naturais protegidos. Julgamos que uma política objectiva que coloque no terreno as directivas publicadas levará a resultados interessantes a médio e longo prazo.

A análise efectuada possibilitou retirar algumas conclusões que se foram destacando ao longo do trabalho. Estes territórios possuem especificidades cujas potencialidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões em que se situam,

desde que as entidades responsáveis desenvolvam adequadas e efectivas políticas que urge tornar exemplares.

11. Bibliografia

BLASCO, María José Viñals; GARCÍA, Antonio Bernabé *et al.* (1999), "*Turismo en Espacios Naturales y Rurales*", Colección Turismo - Escuela Politécnica Superior de Gandía, Universidad Politécnica de Valencia.

CASADO, Santos (2004), "*Ciência Y Política en los Orígenes de la Conservación de la Naturaleza em España*", Edición Electrónica de Trabajos Publicados sobre Geografía Y Ciências Sociais, Madrid, <http://www.ub.es/geocrit/sv-78.htm>.

DGA (2000), "*Relatório do Estado do Ambiente 1999*", Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.

EAGLES, Paul and MCCOOL, F.J. (2002), "*Tourism in National Parks and Protected Areas - Planing and Management*", Gabi Publishing, UK.

ICNB, "*Visitantes nas áreas protegidas 1994 a 2007*", Instituto da Conservação da Natureza, <http://portal.icnb.pt/ICNBPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Visitantes+nas+Áreas+Protegidas/>

IUCN (1994), "*Directrices para las Categorías de Manejo de Áreas Protegidas*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2002), "*IUCN Category V Protected Areas Protected Landscapes/Seascapes*", IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

IUCN (2003), "*2003 United Nations List of Protected Areas*" IUCN - Commission on National Parks and Protected Areas, Gland, Switzerland.

LÓPEZ, D. Ignacio Sariago y IZQUIERDO, D. Juan José Pons (2003), "*Turismo en los espacios naturales y rurales de Navarra*", Actas del Quinto Congreso de Economía de Navarra, <http://www.cfnavarra.es/servicio.economia/ACTASV.htm>.

MENDES, Maria Isabel de Deus (1996), "*O Valor do Recreio das Áreas Protegidas*" - Uma aplicação ao caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês", Dissertação de Doutoramento, Universidade Técnica, Lisboa.

MENDIGORRI, Alfonso Mulero (2002), "*La proteccion de Espacios Naturales en España*", Ed. Mundi-Prensa, Madrid.

ROSA, Humberto (1999), "*O Homem e o património natural em Portugal*", O Verde - Patrimónios, Natural e Cultural, Ed. Geota, Lisboa.

SILVA, Carlos Eduardo (1999), "*Desenvolvimento de Metodologia para análise da adequação e enquadramento de categorias de manejo de Unidades de Conservação*", Dissertação de Mestrado – Centro de Estudos Ambientais - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil.

12. Documentos normativos

Decreto-Lei n.º 613/76 – Estabelece a definição de reservas e atribui competências em matéria de constituição e gestão de reservas.

Decreto-Lei nº 355/79 - Cria o Parque Natural de Montesinho

Decreto-Lei n.º 19/93 - Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas

Decreto Regulamentar nº 5-A/97 - Reclassificação do Parque Natural de Montesinho

Decreto-Lei n.º 8/98 – Cria o Parque Natural do Douro Internacional

Lei n.º 9/70 – Lei dos parques e outros tipos de reservas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001- Adopta a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Resolução do Conselho de Ministros nº 120/2005 - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional

Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2008 - Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho (POPNM)

13. CONVENÇÕES

UNESCO (1972), "*Convenção sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*", <http://www.unesco.web.pt/convencaopatmundial.htm>.

Convenção do Rio de Janeiro sobre a diversidade biológica (1992).